

DISPENSA DE VALOR COM BASE NO ART. N° 75, INCISO II, da Lei 14.133/2021**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO:**

- 1.1 Constitui o objeto do presente Termo de Referência a aquisição parcelada de materiais de limpeza e higiene destinados aos programas do Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, tais como, CRAS, SCFV e demais secretarias, para consumo previsto até o final do exercício financeiro de 2026, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

2. DA ESPECIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA

TEM	PRODUTO	UND	QUANT.	P. UNITÁRIO	P.TOTAL
01	ÁGUA SANITÁRIA	1L	1.500		
02	ÁLCOOL 70% 1 LITRO	1 L	200		
03	AMACIANTE 2 LITROS	UND	300		
04	BALDE PLÁSTICO 10 LITROS	UND	50		
05	CERA LÍQUIDA 750ML	UND	100		
06	COPO DESCARTÁVEL P/ CAFÉ	PCT	200		
07	COPO DESCARTÁVEL 180ML	PCT	500		
08	DETERGENTE 2 LITROS	UND	900		
09	DESINFETANTE 2 LITROS	UND	900		
10	ESCOVA SANITÁRIA	UND	200		
11	ESPONJA LAVA LOUÇAS	PCT	300		
12	ESPONJA DE AÇO	PCT	300		
13	FLANELA MEDIA	UND	200		
14	LAVA PISO 2 LITROS	UND	200		
15	LIMPA VIDROS 500ML	UND	110		
16	LIMPADOR MULTIUSO 500ML	UND	100		
17	ODORIZADOR DE AR 400ML	UND	200		
18	PÁ P/ LIXO C/ CABO	UND	100		
19	PANO DE CHÃO ALVEJADO	UND	250		
20	PAPEL HIGIÉNICO C/12, FOLHA DUPLA, PERFUMADO	PCT	900		

21	PAPEL TOALHAPCT C/2 ROLOS	PCT	320		
22	PASTILHA SANITÁRIA	UND	200		
23	POLIDOR DE ALUMÍNIO 500ML	UND	300		
24	RODO 40 CM	UND	200		
25	SABÃO EM PÓ 4000G	PCT	300		
26	SABÃO EM BARRA 500G	UND	160		
27	SABÃO LIQUIDO 2 LITROS	UND	150		
28	SABONETE LIQUIDO 500ML	UND	80		
29	SACO P/ LIXO 15LPCT C/10	UND	450		
30	SACO P/ LIXO 30LPCT C/10	UND	450		
31	SACO P/ LIXO 50LPCT C/10	UND	450		
32	SACO P/ LIXO 100LPCT C/5	UND	450		
33	VASSOURA DE NYLON C/ BASE PLÁSTICA E CABO DE MADEIRA REVESTIDO	UND	300		

2.2. Os produtos aqui elencados são apenas uma estimativa, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2.3 O objeto do presente termo é essencial e justifica-se em face da necessidade de atender as demandas da prefeitura municipal, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público.

3 – Das Obrigações da Contratada

1. O prazo para fornecimento dos produtos é de até 24 (vinte e quatro) horas, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ordem de fornecimento emitida pelo município de Passagem - PB. **A entrega será por conta da contratada em cada secretaria solicitada.**
2. Vencendo-se a Certidão Negativa de Débito - CND expedida pelo INSS e o Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS- CRS expedido pela CEF, a CONTRATADA deverá anexar à Nota Fiscal as cópias devidamente atualizadas.
3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
4. A contratada deverá pôr no corpo da Nota Fiscal o número do processo ao qual os produtos se referem.
5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.
6. Responsabilizar-se pela qualidade e quantidade dos produtos.
7. Em tudo agir, segundo as diretrizes da CONTRATANTE.
8. A validade dos produtos não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar a partir da solicitação de fornecimento.

4 – Das obrigações da Contratante

1) Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas.

5 - Validade da Proposta

A validade da proposta deverá ser de no mínimo 30 dias.

6 - Forma de Pagamento e vigência

O pagamento será efetuado em até 30 dias pelo setor competente, podendo ser prorrogado por trinta dias.

O prazo de vigência para o fornecimento será até 31 de dezembro de 2026, a contar da assinatura deste instrumento, limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

7 - Critérios para Decisão da Proposta Vencedora

O critério para decisão da proposta vencedora será o de ***menor preço no item***.

8 – Reajustes dos preços

O preço proposto será fixo e irreajustável.

9 – Fiscalização do Contrato –

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pela Contratante.

10 - Da Documentação exigida:

10.1. Regularidade Jurídica:

- a. Registro comercial, no caso de empresa individual ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores e último aditivo contratual.
- b. Todas as alterações do contrato social.
- c. Cópia do RG e CPF de todos os sócios da empresa.

10.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- b. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional;
- c. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante.
- e. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.
- f. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- g. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.